



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8003 - Trabalho Completo - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

**ACESSO E PERMANÊNCIA À EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DE UM CAMPI DO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS**

Nara Maciel Falcão Lima - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

**ACESSO E PERMANÊNCIA À EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DOS DISCENTES DE UM CAMPI DO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS**

### **Resumo**

O trabalho apresenta resultados de uma pesquisa realizada em nível de doutorado no período de 2014 a 2018. O objetivo principal foi o de analisar a situação do jovem de camadas populares no ensino superior público do Amazonas à luz das políticas de acesso e permanência implementadas no âmbito de um campi da Universidade Federal, sediado em um município do interior do estado. O recorte para este estudo traz os resultados obtidos na pesquisa com os discentes. A coleta envolveu 50 discentes matriculados nos 06 cursos do Instituto e foi realizada por meio da aplicação de um formulário e entrevista semiestruturada. O tratamento analítico dos dados baseou-se na abordagem qualitativa. O estudo possibilitou o conhecimento de alguns fatores que incidem diretamente no acesso e na permanência desses estudantes que ingressaram nos cursos de graduação do Instituto no período de 2010 a 2016. Contudo, a análise da ampliação da participação desses estudantes apontou que tais medidas precisam ser acompanhadas de regulamentações que favoreçam o enfrentamento aos desafios que, por força das desigualdades sociais, esse público enfrenta quando inserido nos meios universitários.

Palavras-Chave: Acesso. Permanência. Camadas populares. Educação Superior.

### **Introdução**

O debate que envolve a questão do acesso e da permanência de jovens de camadas populares à universidade assinala a necessidade da discussão sobre a implementação de outras políticas que, na prática, possam de fato, garantir a construção de um cenário de expansão onde sejam asseguradas as condições não só de acesso, mas também da permanência e

qualidade da formação para esse público que chega aos meios universitários.

Neste texto a análise faz menção a duas regulamentações que, no âmbito do MEC, foram elaboradas para responder às demandas por maior acesso e permanência dos estudantes no ensino superior, quais sejam: o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni 2007); o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES 2008) para estudantes das universidades federais.

Neste cenário da expansão, o campo de análise que foi aprofundado neste estudo se voltou para os aspectos do acesso e da permanência de jovens de camadas populares matriculados nos cursos do Instituto. E à medida que o recorte que se fez para este trabalho volta-se para os discentes, tais aspectos foram analisados a partir da relação destes participantes com as ações e programas de assistência estudantil em funcionamento na unidade e as suas condições de permanência no curso.

A pesquisa envolveu 50 (cinquenta) discentes que ingressaram nos cursos do Instituto no período de 2010 a 2016 e estavam vinculados a algum programa e/ou auxílio de assistência estudantil em funcionamento na unidade. Foi realizado um estudo de campo com a aplicação de a fim de caracterizar o perfil do grupo, e uma entrevista semiestruturada realizada com alguns informantes-chave selecionados a partir dos formulários.

### **Problematização da temática: aportes teóricos e metodológicos do estudo**

O Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. O Relatório do Primeiro Ano do Programa informa que as ações estiveram voltadas para o aumento de vagas nos cursos de graduação, para a ampliação da oferta de cursos noturnos, para a promoção de inovações pedagógicas e para o combate à evasão, entre outras metas, que supostamente, deveriam diminuir as desigualdades sociais no país. Todavia, a análise de Leda e Mancebo (2009, p. 49) sobre o Programa, aponta que “[...] as condições de oferta do Reuni, sem o suficiente aporte de recursos, favorecerão tão somente a precarização da instituição e um ensino de ‘qualidade’ duvidosa”.

No que se refere ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) este foi elaborado como uma política com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior pública federal. O Programa atende, prioritariamente, estudantes oriundos da rede pública de Educação Básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

As ações de assistência estudantil do PNAES, conforme consta no texto do § 1º do Art. 3º do Decreto 7.234, serão executadas nas seguintes áreas:

Moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Autores como (CATANI, 2003; LEHER, 2004; LÉDA; MANCEBO, 2009) que desenvolvem estudos sobre a temática, chamam atenção que a análise dessas regulamentações deve atentar para o fato de que tais políticas, ao tempo que ampliam o número de pessoas que

acessam a educação superior, nem sempre dão conta de garantir a qualidade do ensino que é ministrado e também a permanência dos alunos nos cursos. Os autores se referem ainda aos impactos dessas políticas na atuação dos professores, uma vez que a ideia defendida de modernização das relações de trabalho vai incidir diretamente na precarização desse trabalho docente (LEHER, 2004).

O aumento das oportunidades de acesso a este nível de ensino como resultante da ampliação do número de instituições federais, interiorização das instituições pela abertura de novos campi em vários estados, reserva de vagas para estudantes concluintes em escolas públicas por meio de cotas, dentre outras medidas, é um fenômeno que ocorreu em todas as regiões do país. Uma realidade acirrada, nas últimas décadas, pelo desenvolvimento de políticas de expansão voltadas para o ensino superior.

Mesmo após esta alteração significativa na oferta da educação superior no Brasil, que aponta também um crescimento de jovens de camadas populares que estão conseguindo chegar às universidades, há que se considerar as diferenças quando se comparam estes índices por região, seja pela distância e dificuldades de deslocamento, seja pela baixa distribuição de instituições de ensino superior em alguns estados onde as universidades geralmente estão concentradas nas capitais.

Sobre os mecanismos de expansão criados a partir das políticas governamentais tais como o Reuni e o PNAES, Zago (2010), discute que tais medidas, a exemplo da abertura de novos *campi* em muitos estados, deram conta de ampliar o número de vagas e, por conseguinte, o número de matrículas no Ensino Superior, em contrapartida, nem todos os alunos que estão acessando o sistema conseguem permanecer, uma vez que “a instabilidade e a precariedade nas condições de vida têm um peso importante sobre o percurso e as formas de investimento escolar” (p. 26).

No caso das regiões norte e nordeste, dados da PNAD contínua (IBGE, 2016) apontam que estes estados ainda concentram um total significativo de pessoas na idade de 18 a 24 anos que ainda não possuem acesso à Educação Superior chegando-se aos seguintes percentuais de taxa ajustada de frequência escolar líquida neste nível de ensino: Norte (17,1), Nordeste (17,6), Sudeste (27,6), Sul (27,9) e Centro-oeste (29,3).

Trata-se, pois, de um fenômeno que envolve muitos desdobramentos, uma vez que por um lado volta-se para a ampliação do acesso dos estudantes provenientes de segmentos sociais mais desassistidos social e economicamente, e por outro emerge a necessidade da criação de mecanismos que garantam a permanência e reduzam os efeitos das desigualdades vivenciadas por estes jovens que, na maioria dos casos, já vêm acumulando fracassos em suas trajetórias escolares ao longo da educação básica (ZAGO, 2010).

O estudo não trabalhou estritamente com análises estatísticas, por isso, os dados não são paramétricos, e a seleção dos informantes foi aleatória, desde que atendessem aos critérios de inclusão definidos no projeto. Os discentes responderam a um formulário e destes participantes, foram selecionados alguns informantes-chave para o momento da entrevista semiestruturada.

Do total de alunos participantes, 66% era do sexo feminino e 34% masculino. Mais da metade, 64%, estavam dentro da faixa etária entre 18 e 24 anos. Estudos estatísticos do IBGE, no documento Síntese de Indicadores Sociais 2016, registraram que, em 2015, no Brasil, a taxa de frequência líquida das mulheres chegou a 21,7% contra 15,4% dos homens referente ao mesmo ano. Um outro dado que pode ser avaliado como positivo refere-se à proporção da faixa etária representada pela maioria, pois mais da metade estava dentro do intervalo de 18 a 24 anos, nível adequado a essa faixa etária o que pode ser um indicador de melhoria dos

resultados na escolarização.

Sobre o estado de origem, 48 (quarenta e oito) dos discentes informaram ter nascido no Amazonas, porém, somente 24 (vinte e quatro) nasceram na cidade onde o *Campi* foi instalado, os demais são dos municípios de Alvarães, Tefé, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Santo Antônio de Içá, São Paulo de Olivença, Codajás, Manaus, Novo Aripuanã, Benjamin Constant, Fonte Boa e 2 (dois) vieram do Estado do Pará, dos municípios de Aveiro e Marabá. Esse dado reforça o fator de que ainda é baixo o número de instituições de Ensino Superior existentes na região para atender ao tamanho da demanda de jovens que estão concluindo o Ensino Médio e que desejam prosseguir com seus estudos.

Sobre o fator da naturalidade dos estudantes, foi possível inferir que tal aspecto incide sobre as condições de permanência desse jovem que precisa deixar sua casa, sua família, seu local de nascimento, para estudar em um outro município. Além do desafio de estar distante dos familiares ele vai precisar enfrentar o peso das dificuldades resultantes de trajetórias de escolarização cheias de ingressos e interrupções, aprovações e retenções, a decisão entre ter que estudar e trabalhar, dentre outros.

Estudos de Dayrell (2003) sobre a constituição da juventude apontam que esta etapa da vida recebe influências de critérios históricos e culturais, e no caso do jovem brasileiro, culturalmente, é comum que os filhos permaneçam na casa dos pais até o casamento, então mudar de cidade para cursar o ensino superior longe da sua família pode representar uma ruptura que por muitos não é superada. Ainda sobre a constituição da juventude vale o destaque de Catani e Gilioli (2008, p. 11) quando estes afirmam que “[...] não há apenas uma juventude e uma cultura juvenil, mas várias, que diferem segundo condições sociais e históricas específicas”.

Para além da parte emocional, há também as questões financeiras já que estes jovens, em sua maioria, estão na faixa etária de 18 a 24 anos e dependem financeiramente dos pais, ou seja, estes estudantes precisam do auxílio das suas famílias para cobertura dos custos em uma universidade fora do seu local de residência, acrescente-se a esta análise o fato de que dos 50 participantes, 39 informaram que a renda mensal da família é menos de dois salários mínimos. Daí a necessidade de que as políticas de acesso estejam articuladas a outras ações que favoreçam a permanência desses alunos nos cursos para que possam seguir com sucesso e qualidade a trajetória da sua graduação.

É neste sentido que se reforça a relevância das ações e programas voltados à garantia da permanência. Sobre isto, os dados apontaram um total de 70% no grupo de alunos pesquisados, que possuem vínculos com programas e/ou auxílios financeiros da universidade. Embora a maioria estivesse na faixa etária entre 18 e 24 anos e na condição de solteiros, os auxílios que deveriam ser um complemento à renda familiar, terminam se tornando, em alguns casos, a única fonte de renda desses alunos que vêm de outros municípios.

No caso deste estudo, à época do levantamento de dados, os auxílios e os programas que estavam apoiando financeiramente esses alunos e contribuindo para a sua permanência na universidade eram os seguintes: Auxílio Moradia, Auxílio Acadêmico, Bolsa Trabalho e Bolsa Permanência. Dos 50 alunos pesquisados, 35 recebiam pelo menos um desses auxílios.

Nos depoimentos dos discentes ficou evidente a importância atribuída por eles a esses auxílios no tocante à sua permanência na universidade, embora tenham admitido que ainda não são suficientes frente à demanda de jovens de baixa renda que estão conseguindo acessar a universidade. As falas a seguir ilustram as perspectivas de alguns desses alunos sobre o assunto:

[...] eu sempre recebi (auxílio), e isso é o que me mantém aqui. Vim sozinha pra cidade. Se não fossem os auxílios, com certeza não estaria mais estudando (Discente 2)

[...] é muito importante, porque eu sou beneficiária da bolsa acadêmica. Isso contribui muito pra minha permanência aqui. (Discente 4)

[...] como eu sou de fora, que não tem casa própria, tem que pagar aluguel, e o RU é uma forma de ajuda pra se manter aqui. Conheci pessoas que não tiveram condições de ficar aqui e desistiram. (Discente 5)

[...] nos ajuda de forma significativa para nossa permanência. Não supre todas as necessidades, é um incentivo. (Discente 6)

## Conclusões

O estudo possibilitou o conhecimento sobre os efeitos do processo de interiorização no universo investigado, processo que resultou na criação de um Instituto com cursos permanentes no município de Coari, interior do Amazonas, ampliando, de fato, o acesso de jovens das camadas populares que concluem o ensino médio e não podem se deslocar aos grandes centros para continuarem seus estudos em nível superior e que os auxílios executados no âmbito do Programa Nacional de Assistência Estudantil são indispensáveis à permanência desses alunos neste nível de ensino, sobretudo, o auxílio moradia, acadêmico e o Restaurante Universitário.

Sobre as repercussões que a implantação de um *campi* fora da sede podem gerar, ficaram evidentes, durante a pesquisa, muitos dos desafios que discentes e funcionários desses *campi* enfrentam no dia-a-dia da instituição. Dificuldades que vão desde as particularidades da região, tais como: infraestrutura educacional em todos os níveis, distanciamento das cidades e formas de locomoção entre elas; até a infraestrutura das cidades para receber estudantes e profissionais que chegam à universidade. São desafios que se tornam mais complexos quando comparados à realidade e condições de outras regiões brasileiras.

Entre os fatores que mais levam à desistência nos cursos, os discentes destacaram o distanciamento das famílias. Segundo eles, o custo para se manter em uma universidade, ainda que pública, é muito alto, principalmente quando o aluno vem de outro município, que é o caso de muitos. Os gastos com o curso (livros, apostilas, materiais de aula prática, dentre outros), acrescido dos valores de moradia, alimentação, transporte, tornam esta experiência onerosa para estas famílias de baixa renda.

No tocante ao fator do acesso, a pesquisa possibilitou o conhecimento de que os discentes reconhecem a importância que representou a instalação dos *campi* fora da sede para esses municípios do estado do Amazonas. Sem dúvida, configura-se como uma ação que favoreceu o aumento das oportunidades dos estudantes de baixa renda que concluem o Ensino Médio nesta região, para prosseguirem seus estudos em nível superior.

Para este município, que hoje abriga o Instituto resultante da política de interiorização no âmbito do Reuni, em que pese os limites e desafios dessa instalação, a criação dessa unidade representou um significativo avanço no campo da formação de jovens, todavia, esta análise não pode prescindir do debate sobre os limites dessa expansão de vagas nas universidades já que nem sempre as ações de expansão são acompanhadas, na mesma medida, pela contrapartida econômica.

A demanda de estudantes de camadas populares que chegam ao Instituto é sempre crescente, por isso, embora se reconheça a relevância da existência dos programas e ações que

auxiliam na permanência dos alunos nos cursos, é preciso admitir que tais programas e ações ainda não são suficientes para suprir as necessidades desse público, cada vez maior, que adentra as universidades públicas, e de modo particular, o *campi* aqui analisado. Daí a urgência pela consolidação de uma política de assistência estudantil nesta universidade que possa fazer frente nesta luta pela garantia do acesso, mas também da permanência no espaço universitário.

## Referências

BRASIL. Decreto-lei nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 18 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 18 de setembro de 2020.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: UNESP, 2008.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. Set /Out /Nov /Dez 2003, n. 24. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, IBGE, 2016.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. Reuni: heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. **Educação e Realidade** 34(1): jan./abr., p. 49-64, 2009.

LEHER, Roberto. Para silenciar os *campi*. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20/07/2017. Educ. Soc., Campinas, Vol. 25, n.d88, p. 867-891, Especial – out. 2004.

MANCEBO, D.; MAUÉS, O.; CHAVES, V. L. J. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 37-53, 2006. Editora UFPR.

ZAGO, Nadir. **Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.